

## **“Eu já passei por isso também”: Percorrendo a rede de atendimento às mulheres em situação de violência em Mato Grosso**

*Ariane M. Lemes*

*Bárbara dos S. Maroni*

Acadêmicas do 10 semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG.

*Renata Vilela Rodrigues*

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre e doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO/UFMT). Orientadora e Professora do curso de Psicologia do UNIVAG.

### **Resumo**

O presente trabalho pensa em violências, no plural; isso por se tratar de um processo que não acaba mesmo quando a mulher em situação de violência recorre à rede pública de saúde e/ou assistência social, mas se dá em vários âmbitos de inserção social, inclusive nos equipamentos públicos que deveriam, em teoria, acolher, oferecer espaços terapêuticos e prevenir tais violências. Os dados aqui colocados são frutos de uma pesquisa a qual teve sua coleta no segundo semestre de 2019 e durante o ano de 2020, em um município de médio porte do estado do Mato Grosso, na qual realizamos dezessete entrevistas com profissionais da rede de saúde e assistência social. Quanto a análise dos dados obtidos, utilizamos a metodologia foucaultiana da análise de discurso, a qual se propõe a investigar e problematizar as relações de saber/poder estabelecidas no meio social, além disso fizemos o uso de literaturas feministas inseridas no campo da ciência psicológica social. A partir da análise, percebemos que existem inúmeras dificuldades que atravessam os serviços públicos que acolhem e atendem à mulher em situação de violência, sendo uma delas o sucateamento da rede, unida ao adoecimento e compartimentalização das equipes, acabando por gerar outro tipo de violência durante o percurso, que aparece na falta de atendimento e suporte na rede como um todo. A psicologia, mostrando-se enquanto uma ciência que se dá não apenas num nível psicológico, mas também social, intenta levantar um debate reflexivo aos profissionais em saúde e assistência social e, ainda, à população num geral, levando-os às desconstruções que desnaturalizem práticas culturais machistas, opressoras e que performam relações de poder/saber sobre a mulher, seu corpo e seu desejo, manifestadas nos ditos e não-ditos no dia-a-dia do trabalhador em saúde e assistência social.

**Palavras-chaves:** Mulheres. Violência. Rede. Saúde. Feminismo.

### **Abstract**

The present work thinks about violence, in the plural; this is because it's a process that doesn't end even when women in situations of violence resort to the public health and/or social assistance network, but takes place in various spheres of social inclusion, including in public facilities that should, in theory, be a welcoming place, offering therapeutic spaces and preventing such violence. The data presented here are the result of a survey which was collected in the second half of 2019 and during the year 2020, in a medium-sized municipality in the state of Mato Grosso, and is inserted in the CEP - CAAE corresponding to 09542919.5 .0000.5692. In that research, we carried out seventeen interviews with professionals from the health and social assistance network. As for the analysis of the data obtained, we used the Foucaultian methodology of discourse analysis, which aims to investigate and problematize the knowledge/power relations established in the social environment. Furthermore, we used feminist literatures inserted in the field of social psychological science. From the analysis, we realize that there are numerous difficulties that cross the public services that receive and care for women in situations of violence, one of them being the scrapping of the network, together with the illness and compartmentalization of the teams, ending up generating another type of violence during the way, which appears in the lack of service and support in the network as a whole. Psychology, showing itself as a science that occurs not only at a psychological level, but also at a social level, intends to raise a reflective debate to health and social care professionals and, also, to the population in general, leading them to deconstructions that denaturalize sexist, oppressive cultural practices that perform power/knowledge relationships about women, their bodies and their desires, manifested in the said and unspoken daily life of health and social assistance workers.

**Keywords:** Women. Violence. Network. Health. Feminism.

## Introdução

*“[quando falamos de violência contra à mulher] infelizmente a maioria é por falta de educação escolar, culturalmente a família muitas vezes criou aí não teve aquela escolaridade, ficou totalmente dependente do marido para retirar qualquer tipo de documento ou às vezes nem tem todos os documentos” (Trecho da entrevista realizada com a escritora da Delegacia da Mulher).*

Existem muitos pontos a serem abordados em relação a problemática trazida na epígrafe que abre a introdução deste trabalho. É interessante pensar em como tais pontos se atravessam transformando-se em algo tão palpável que é a violência contra corpos e subjetividades femininas e, por que não, passível de reflexões. Considerando isso que, nesta parte introdutória buscaremos esclarecer, ainda que de forma direta e breve, conceitos como rede pública, a qual faz parte do Sistema Único de Saúde – SUS e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, feminismo, redes e a mulher.

Uma primeira postulação pertinente é que o Sistema Único de Saúde diz respeito a políticas públicas voltadas a saúde de todos os cidadãos e estrangeiros no Brasil que, protegida pela Constituição Federal de 1988, preconiza que “a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (GERAIS, 1990, p.1). Nessa direção, o cidadão deverá ser amparado pelos serviços da rede em qualquer que seja seu estado físico, mental e social, principalmente levando em consideração as diretrizes que norteiam a funcionalidade do SUS, as quais são: integralidade, universalidade e equidade. Tais pontos remetem-nos à porta de entrada do sistema, a qual tem seu início, necessariamente, no acolhimento do usuário que recorre à unidade.

Considerando a constitucionalização das políticas públicas no Brasil e a importância destas, o objetivo deste artigo é formular uma compreensão-questionante acerca dos fatos corriqueiros nas redes de atenção, principalmente naqueles implicados à mulher em situação de violência. O alicerce do trabalho é constituído a partir das literaturas encontradas com enfoque na psicologia às moções feministas articuladas com dados obtidos através da pesquisa em campo realizada com profissionais de locais de referência estatal no atendimento à mulher. Em específico, pretende pontuar e analisar as discussões que emergiram no processo, expondo o envolvimento do feminismo neste cenário que, diga-se de passagem, tende a ser bastante caótico uma vez que, de acordo com o estudo realizado por Santos (2019), o Brasil ocupa a quinta colocação no ranking

em taxa de feminicídio no mundo. Ainda sobre isso, ao considerar esses índices, faz-se necessário salientar os “distintos marcadores sociais [que] atravessam as experiências de ser mulher, o que aponta maior desempoderamento de grupos mais vulneráveis” (SANTOS, 2019, p. 235).

### **Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência**

Os equipamentos coletivos que compõem a rede de atendimento à mulher em situação de violência são agenciadores nos processos de singularização; ou seja, não há poder que exerça sua existência sem haver a “captura de mini processos de desejo, de liberdade de singularização [...] um processo de produção de subjetividade completamente alienada” e enredada em macro e micropolíticas que as produzem e sustentam (ROLNIK; GUATTARI, 2006, p.129). É nesse sentido que, concordamos com Guattari (2006), quando argumenta que as questões de análise, seja qual for a temática que queira tratar, demandam uma análise micropolítica, considerando não só as normas e diretrizes que estruturam os fazeres, mas também as ações e posicionamentos de cada agente responsável seja qual for o segmento.

Na dinâmica da análise micropolítica, o poder é acompanhado pela lógica de conexão entre os níveis molares – que dizem respeito às “diferenças sociais mais amplas” (ROLNIK; GUATTARI, 2006, p.127) – e moleculares – a nível de subjetividade, sem que haja a fragmentação destes em esferas distintas. Consoantes a Franco (2006) tal como apresenta a micropolítica no processo de trabalho em saúde, o autor elabora sua discussão sobre a não necessidade de um eixo estruturado na produção da realidade, uma vez que essa produção é constituída pelo

agir cotidiano dos sujeitos, na relação entre si e no cenário em que ele se encontra [...] a formação de microrredes no interior da organização é eficaz para a condução dos projetos, colocando em segundo plano o funcionamento com base nas formações estruturais da organização (FRANCO, 2006, p. 459).

Discussão essa sobre micropolíticas e microrredes que ecoa nas problemáticas citadas nos relatos que virão mais adiante, problemáticas essas que dificultam a possibilidade da construção de um “inovador arranjo organizacional” nas redes de atendimento à mulher em situação de violência. Existem dois tipos de redes de serviços públicos específicos ao atendimento à mulher em situação de violência: as redes de atendimento não especializadas, como hospitais, escolas e delegacias, considerados portas de entrada para contato com os serviços públicos; e redes de atendimento

especializados, como os Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, serviços de saúde para os casos de violência sexual e doméstica, dentre outros (CORTES *et al.*, 2016).

Importante lembrar que as delegacias, em especial, detêm uma representatividade no enfrentamento a violência, uma vez que as mulheres foram reconhecidas enquanto pessoas de direitos com base em discussões que ganharam visibilidade pública para então receberem devido amparo, com a criminalização dessas violências, e “um ganho político para a conscientização das mulheres contra a opressão masculina e pela busca de cidadania” (BANDEIRA, 2014, p.453). Estamos falando de um país em que, num tempo não tão distante assim, o crime de honra detinha legitimidade social “indicando o quanto o machismo estava presente na aplicação da lei” (*Ibid*).

É nessa direção que temos a criação das DEAMS (delegacias especializadas no atendimento à mulher), representando uma revolução simbólica (BANDEIRA, 2014). É a conquista numa luta que visa desnaturalizar e desconstruir práticas reprodutoras de normativas que são atreladas ao sexo biológico e que, por conseguinte, têm seu valor socialmente, valor este que, infelizmente, está alicerçado de modo que subjuguie as existências femininas.

Mais tarde é que os atendimentos especializados nas unidades de saúde e assistência social, assim dizendo, ligadas ao Sistema Único, passaram a se movimentar em prol da mulher, reconhecendo assim como no sistema de justiça, que a questão da violência diz respeito ao debate público, tirando a violência do lugar privado, após chamamento feito pela Organização Mundial de Saúde que “desde a década de 80 a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera assunto de saúde pública pela sua dimensão e pela gravidade das sequelas orgânicas e emocionais que produz” (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012, p.308). Em outras palavras, precisou uma intervenção internacional para que o envolvimento de outras esferas públicas fosse designado a mulher, no Brasil.

Em razão disso, não poderíamos deixar de levantar o movimento feminista que, como apontado por Rago (2006): “*el feminismo politizó radicalmente la entrada de las mujeres – y no apenas de las militantes feministas – en la esfera pública, confiriendo nuevos sentidos a su acción y participación en la vida social, política y cultural, como en la esfera privada*” (p.5). Os autores Lorenzetto e Massa (2019) pontuam o percurso dos

feminismos enquanto um movimento que luta pelo espaço feminino nos direitos humanos, expondo que um dos objetivos centrais dos movimentos feministas foram [e ainda são] “resistir a toda forma de opressão contra mulheres, mas que, de igual forma, os movimentos procuram avançar em maneiras afirmativas de garantia de direitos e oportunidades às mulheres” (p. 62).

Assim, temos que levar a violência de gênero para além do discurso dicotômico ainda presente, que instaura coisas de homem e coisas de mulher. Os feminismos contemporâneos transformaram-se considerando as formas que estes marcadores sociais afetam a vida de cada indivíduo, “sujeito a alguém pelo controle e dependência, preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (FOUCAULT, s/d *apud* SILVEIRA; NARDI, 2014, p. 03), atrelados a poderes que subjagam e que sofre os efeitos do que está instaurado socialmente.

Entretanto, quando nos voltamos para as políticas públicas de atendimento à mulher em situação de violência o que predomina é a visão dicotômica da mulher, do seu corpo e do seu desejo. As mulheres em situação de violência que procuram atendimento para lidarem com o sofrimento causado buscam ou/e recebem respostas biologizantes pelos profissionais de saúde como, por exemplo, cuidados técnicos e mecanizados direcionados para a recuperação corpo violentado, além de medicamentos psiquiátricos para o sofrimento psíquico. Reconhecendo como o autor Leal (2010 *apud* SOARES; LOPES, 2018) que reclama a este fenômeno como “impropriedades diagnósticas”, onde o profissional de saúde, buscando validação aquilo que propõe profissionalmente, legitima suas práticas ao atendimento clínico, a partir dos sinais e sintomas aparentes, sem qualquer consideração a pessoa e seu desejo.

De acordo com Camargo Junior *et al.* (2006), o acolhimento apresenta-se como uma importante ferramenta no momento em que se precisa pensar o sujeito, uma vez que é através deste ato - o acolhimento - que se faz a escuta qualificada das necessidades, angústias e demandas trazidas pelo outro. Além disso, os autores também colocam outros aspectos que tangem o acolhimento, sendo ele identificado enquanto postura técnica e reorientação de serviços. Nos dois âmbitos citados, apesar de suas significações, o acolhimento tem como papel primordial de visar e resultar na melhoria dos atendimentos, com a finalidade de estreitar laços entre equipe e usuário, promovendo a formação e o estabelecimento de vínculos.

É claro que não somente aos profissionais cabem as responsabilidades do atendimento, acompanhamento e promoção de saúde da mulher em situação de violência.

Ademais, é preciso levar em consideração a precarização nas redes de atendimento à mulher em situação de violência. Como apontam Amorim e Teixeira (2017), as redes surgem da necessidade da população em ter garantido o acesso aos seus direitos, cabendo ao Estado desenvolver estratégias que se articulam as políticas públicas sociais para lidarem com as situações vivenciadas no país, provendo a agilidade na resolução das demandas que surgem através desses serviços à população. No entanto, o que é evidenciado pelas autoras, ambas da área de assistência social, essa maneira de funcionalidade está servindo para uma menor responsabilização do próprio Estado.

Lembremos que, o meio burocrático é utilizado na forma que o Estado administra a organização de um número grande de pessoas por meio de normas regulamentares e procedimentos inflexíveis correspondentes a hierarquização e burocratização dos serviços. Aos profissionais das áreas que necessariamente precisam se articular para prestar serviços à população, devido ao fomento dessa burocratização, as fronteiras acabam sendo demasiadamente delimitativas – inflexíveis. Sobre essa perspectiva, Guattari (2006) aponta que a esses serviços – considerados equipamentos coletivos – nesse processo de hierarquização rígida, acabam por justamente gerar empecilhos à tentativa de integralidade, uma vez que essa mesma lógica de burocratização é refletida nos agentes “codifica[ndo] as condutas, os comportamentos, as atitudes [e] os sistemas de valor” (ROLNIK; GUATTARI, 2006, p. 128).

Em anuência às questões da burocratização, Neto (2011), ao tratar do movimento de institucionalização como forma de organização das políticas públicas, manifesta-se a esses limites impostos, relacionando-os aos desafios em “manter uma recorrente renovação instituinte [...] que impeça a política social de adormecer nas mãos de uma tecnocracia mais preocupada com normas do que com a solução de problemas” (neto, 2011, p. 34).

Soares e Lopes (2018), ao pensarem os fatores que englobam os aspectos imateriais das experiências relatadas pelas mulheres nas organizações de saúde, articulam como uma possibilidade eficaz a prática relacional e a superação da burocratização o acolhimento e a articulação multiprofissional. No entanto, tais fazeres são inibidos pela estreita definição dada à cada profissional quanto a medicalização e o formato biologizante dos atendimentos (necessárias ao tratamento de lesões físicas, mas não só). Assim, a relação das mulheres em situação de violência com as redes de saúde é impossibilitada, adicionando mais sofrimento, gerando sentimentos de vergonha e medo de recriminação pela situação.

Outra questão que vale à discussão e que bem se articula na discussão aqui proposta, trata-se da conscientização trazida por Franco (2006) acerca do trabalho vivo em ato, uma construção baseada na análise micropolítica dentro dos serviços em rede, constituindo a desconstrução das barreiras burocráticas; uma alternativa promissora que valoriza a gestão das redes numa lógica que deseja o diálogo, a criatividade, as conexões que são feitas horizontalmente, constituindo um rizoma – na busca por saídas (FRANCO, 2006). Estimulando, assim, um terreno fértil de transformações, onde a integralidade se faz nessas conexões, que demanda dos agentes uma força instituinte e criativa, de rompimento com a hierarquização rígida e delimitada.

Acompanhando as adversidades que se apresentam enquanto impeditivos do processo de trabalho nas redes, não poderia escapar à discussão o sucateamento organizado na base dos serviços; algo que soa como proposital e que, de fato, reflete de forma significativa na situação concreta e estrutural a qual encontramos os locais designados para prestar os serviços à população, ao eleitorado.

Em 2018, o Ministério Público manifestou-se através de uma cartilha que “cabe ao Estado, ao surgir um conflito, intervir, regulamentando condutas reprováveis para aquela sociedade” (p. 09), com isso, uma reflexão faz-se pertinente: O Estado tem se envolvido na constituição de redes de atendimento às mulheres em situação de violência, buscando a ressignificação? E mais, o sistema patriarcal e misógino tem sido considerado (e questionado), de fato, uma “conduta reprovável” e digna de medidas eficazes para prevenção? Indagações importantes se consideramos que, mesmo com a instituição de uma rede de atenção a essa mulher, ainda visualizamos um aumento considerável da violência em nosso país.

Cletto e Signorelli (2019), ao apresentarem dados estatísticos vindos do Instituto Datasenado, mostram que entre os anos de 2015 e 2017 houve um aumento de 11% no caso de mulheres que declararam já terem sido vítimas de agressões. Para as autoras, existe ainda no caso das mulheres-mães um agravante no que tange a violência doméstica, sendo estas mais suscetíveis à relacionamentos violentos, ligados principalmente aos abusos físicos. A partir desse conhecimento, quais ações realizadas pelo Estado brasileiro no enfrentamento desta realidade e que possam diminuir os dados alarmantes no índice de feminicídio, onde dados comparativos de 2019 e 2020 apontam um crescimento de 2,2% no país, tendo Mato Grosso em específico, registrado um aumento de 157,1%, estudados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e publicado, no ano de 2020.

Concordamos que a mulher em situação de violência não tem seu sofrimento terminado no momento em que se afasta do agressor. Cortes *et al.* (2016), apontam em sua pesquisa “que a rede é vista como fragmentada, inacessível e distante da realidade vivida pelas mulheres [...] muitas vezes, os serviços não são reconhecidos como ajuda efetiva para suas demandas sociais e de saúde” (p. 02). Em vista disso, faz-se necessário saber se há devidamente a oferta de amparo e acolhimento por parte dessas instituições sociais de referência, e nesse processo analisar os discursos trazidos pelos atores desses locais, relacionando-os com a discussão feminista e verificar como está o funcionamento da rede para além de suas diretrizes, buscando evidenciar há que essas mulheres são expostas. É nesse sentido que se desenha a presente pesquisa.

### **Metodologia**

A presente pesquisa se insere num conjunto de orientações psicossociais, onde realizou-se entrevistas semiestruturadas com profissionais da rede de atendimento com o auxílio de um roteiro previamente elaborado. As entrevistas tiveram como público-alvo os profissionais da rede pública de atenção à mulher em situação de violência de um município de médio porte de Mato Grosso. A produção dos materiais foi realizada no segundo semestre do ano de 2019 e durante o ano de 2020, atingindo grande parte das unidades correspondentes ao Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que ofertavam atendimento à mulher em situação de violência no período da pesquisa. Ao todo foram realizadas dezessete entrevistas, todas devidamente gravadas, transcritas e guardadas, conforme exige CEP/CONEP que, por sinal, a presente pesquisa corresponde CAAE número 09542919.5.0000.5692.

No tocante aos constructos teóricos de análise de dados, a pesquisa se vale de conhecimentos propostos pela Psicologia Social, por estudos do feminismo crítico e ainda pela análise de discurso foucaultiana, a qual tem como proposta fundamental compreender os atravessamentos que, de um modo ou de outro, estão imputados ao discurso. Foucault (1996) chama tal mecanismo de interdição e este visa podar as falas através de dinâmicas de poder socialmente apresentadas, afinal, “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996. p. 9).

É viável mencionar que, para Gil (2008), as entrevistas têm como finalidade coletar dados específicos a partir de um diálogo com outro que, por sua vez, fornecerá

esses dados. Por meio desta ferramenta é possível investigar aspectos subjetivos e significados das expressões humanas, já que esta é um método científico que se vale dos significados, valores, crenças e aspirações da realidade social daquele dado momento.

A Psicologia Social também se vale e reivindica entrevistas, entendendo que estas também são um meio de coprodução, onde o pesquisador e o entrevistado realizam em meio à diálogos, trocas que acabam por viabilizar reflexões um no outro (ARAGAKI *et.al.* 2014). Então, tendo um roteiro não enrijecido é muito propício que perguntas acabem se desdobrando e culminando em respostas que talvez nem mesmo fossem uma pauta prévia, mas que, em algum nível, dizem daquilo que inicialmente foi abordado. Em nossa pesquisa, algumas indagações possibilitaram escutas que falam abertamente sobre sofrimentos outros, mas que, ao mesmo tempo, se emaranham a aquilo que é nosso objeto, como por exemplo, o atendimento à mulher em situação de violência por profissionais mulheres que já haviam sofrido algum tipo de violência, ou quando do discurso vitimizador encontrado por determinados campos de saber.

Nessa sequência, pensando na institucionalização, é interessante colocar em cheque à análise do discurso, já que este viabiliza compreender e destrinchar, mesmo as falas tidas como mais simples, mostrando-se enquanto um aparato fundamental para a problematização dos discursos dominados e também muitas vezes silenciados pelo poder social dominante que é, em seu cerne, machista e preconceituoso, e que há tempos subjuga, tolhe e sufoca existências femininas através do poder concedido culturalmente ao considerado, e construído, gênero masculino.

Propõe-se, no fim das contas, pensar numa análise crítica, que busque refletir como tem se dado nas unidades de saúde o atendimento à mulher, compreender como tem sido as articulações sociais presentes nas falas trazidas pelos profissionais, logo, crê-se aqui que os discursos “são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência” (FOUCAULT, 1996. p. 14).

### **Os cuidados direcionados à mulher em situação de violência em Mato Grosso**

Pensamos que a personalidade na escrita é algo que marca as escritoras desse artigo, isso porque afetamos e fomos afetadas no decorrer da construção da pesquisa e, em especial, por este tópico. Aqui existem críticas de cunho relacional, isto é, referimo-nos à pontos que nos atravessam de modo bastante íntimo, principalmente se levarmos

em consideração que existimos sob corpos que correspondem e se identificam enquanto femininos. Nesse sentido, é isso o que nos faz questionar de certa forma a posição impessoal que alguns atribuem (ou atribuíam) à figura do pesquisador, muito provavelmente fruto do velho embate entre as ciências naturais e as sociais, como bem nos lembra Zanella e Sais (2008) ao retomarem obras de Boaventura e Souza Santos.

Sendo assim, gostaríamos de ressaltar nossa posição que crê na violência contra a mulher como algo que diz sobre a construção social, cultural e também científica do considerado gênero afinal, nota-se historicamente o sexismo enquanto um agente violador - institucionalizado e velado - de corpos femininos (BANDEIRA, 2014), isso, no Brasil, desde sua colonização até os dias atuais, bem como apontam Souza, Baldwin e Rosa (2000) em seu texto intitulado *A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos*. Assim, percebe-se o óbvio, que corpos atrelados ao feminino vem, ano após ano, dia após dia sofrendo violência e, no trecho a seguir, coletado numa unidade de SAE/CTA, percebe-se como é real essa hereditariedade do padecer violador:

*[...] Ontem mesmo eu atendi uma adolescente de doze pra treze anos e ela tava bem seriazinha e tudo, aí eu brinquei com ela, falei 'você é tão bonita, que que foi que você tá tristonha?', coisa assim, aí ela virou e falou assim, 'é porque eu quero esquecer e minha mãe fica me perturbando pra me lembrar trazendo nos lugares' [...] falei assim, 'olha, eu tive, eu passei por isso mas hoje eu já dei a volta por cima, eu já tô ajudando outras pessoas.*

Assim, pretende-se aqui dar sequência aos rumos previamente elaborados e projetados para lidar com o atendimento às mulheres em situação de violência. O município onde foram levantados os dados adotou o fortalecimento e articulação das redes públicas de atendimento para servir como suporte de enfrentamento e apoio, que tem como proposta acolher, auxiliar, fortalecer e dar bases sólidas para que essas mulheres sejam resguardadas no processo de desvinculação da situação de violência.

Durante as entrevistas, diversos foram os atravessamentos que se fizeram presentes, dos quais ao analisarmos a proposta inicial de um fluxograma para que seja possível a desvinculação de forma gradativa e integral da situação de violência, verificamos o quão esses discursos estão direta e indiretamente ligados ao fazer na rede de enfrentamento, tanto questões do próprio profissional, mas abarcam também as dificuldades de estabelecimento da rede em si.

Nesse trabalho nos concentramos em trazer os discursos de profissionais alocados nos Centros de Referência da Assistência Social da comunidade que correspondem a quatro unidades espalhadas pelo município, as quais referenciamos aqui por I, II, III e IV; uma unidade do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); uma

Casa de Amparo (CA); a Delegacia Especializada da mulher, criança e idoso (DEMCI), a qual fizemos entrevista com dois servidores; duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) sendo que um profissional foi entrevistado em cada uma delas; uma unidade de Serviço de Assistência Especializada e Centro de Testagem e Aconselhamento (SAE/CTA) onde três entrevistas foram feitas; um Pronto Socorro (PS) responsável pela município em questão e; por fim, uma entrevista com uma Organização Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que realiza o trabalho com mulheres em situação de violência (OSC) como parceria da rede.

Devido ao fato de que a resignificação se faz importante para construção desse trabalho e, principalmente, para a 'reorganização' subjetiva do outro que é atendido, buscamos especificamente participar de forma ativa perante às perguntas elaboradas junto aos profissionais de cada instituição, uma vez que estudos realizados por Hanada, D'Oliveira e Schraiber (2012) apontam que a este profissional, atuante numa unidade do SUS ou do SUAS, é designado a função de acolhimento e escuta qualificada, entendendo portanto que o adoecer diz também daquilo que pertence à instâncias subjetivas e não apenas físicas, desse modo se afastando de visões cartesianas que ainda hoje insistem em separações entre corpo x subjetividade. A fala de uma profissional da UPA torna muito palpável tal ponto ao dizer que:

*[...] Às vezes não tem hematomas, por exemplo, dessas adolescentes que chegaram elas não tinham hematomas físicos, mas elas tinham a questão emocional, moral e estavam muito abaladas né, porque elas foram agredidas, né, pelo companheiro.*

Através dos relatos coletados nos equipamentos da rede percebemos o fato de que o cuidado é composto majoritariamente por mulheres, das dezessete entrevistas realizadas, em apenas uma delas contamos com a participação de um profissional de gênero masculino. Fator esse que, em muitos casos, provoca sensibilizações diversas nas práticas de cuidado das profissionais que acolhem a primeira vez que a usuária adentra a rede de atendimento, como podemos visualizar na fala de uma profissional da Unidade de Pronto Atendimento I:

*Aqui dentro é a gente recebe pela porta de entrada independente de como a pessoa vem, se é de [capital] ou de [cidade de médio porte] que ela sofreu a violência, a gente acolhe ela, faz a classificação, nem tem muita significância pra gente porque aqui é classificado por risco né, mas a gente já encaminha ela direto para o atendimento porque pra ela não ficar exposta [...] mesmo que ela não tenha hematomas, a gente [...] já encaminha direto pro médico pra gente poder fazer o atendimento dela e atendimento da medicação, se caso ela não registrou o boletim de ocorrência, a gente aciona a polícia pra que ela faça o boletim.*

Neste trecho percebemos dois pontos importantes: um sendo o de que a rede, como já sabido, empenha seu trabalho de articulação de forma aberta, podendo assim qualquer unidade servir enquanto porta de entrada para o recebimento de auxílios e, segundo que, devida a classificação de risco tem-se aí um perigo iminente uma vez que classificação e categorização costumam andar juntas. E, quando mencionamos categorização, entendemos que este conceito diz de uma possível queda às normativas de cunho curativista e individualista que, em muito, podem vir a causar certa descontinuidade na rede, mas é justamente aí que pensamos no acolhimento enquanto essencial, porque, como traremos a seguir o acolher performa não apenas um “ouvir”, mas também um atuar; diante disso, seguimos com outra fala vinda do UPA I:

*Então a gente pede pra que eles tenham uma certa, uma certa, trato com elas pra que a unidade inteira fique sabendo, entendeu? Então a gente geralmente respeita muito isso, a gente quer preservar ela de mais uma violência que é a forma de acolhimento errada, então a gente todos os dias [...] lembra os nossos funcionários acolher de forma correta essa pessoa né, a gente lembra que não é pra ficar comentando, lembra que não é pra ficar indagando, entendeu?*

Diante disso, da fala da mesma profissional em assistência social, percebemos que há um entendimento da própria rede sobre o fato de que o acolhimento é sua principal ferramenta naquilo o que diz respeito ao cuidado, mas em contrapartida, quando pensamos no significado do “não indagar” estamos pensando automaticamente no “não falar” e surge assim um questionamento: seria esse não-falar um convite à uma nova interdição, a um novo corte de uma possível ressignificação? Spink (1996) traz pontos interessantes sobre discursos; a autora citada diz que tais discursos estão alocados naquilo o que diz respeito às peculiaridades de uma determinada época, isto é: falar diz de um tempo histórico e cultural, sendo assim, o sujeito que fala diz não só de si, mas também daquilo o que atravessa constitutivamente. Tendo isso como um fato, pensamos então que falar de si e da violência é uma oportunidade para que a mulher ouça a si mesma e aquilo que a agrediu: o sexismo.

Claro, este processo dialógico certamente envolve dor, afinal estamos falando de vivências extremamente sensíveis. Há dor, então, em quem diz e há também na profissional que escuta e, isso porque como já trouxemos na primeira citação deste tópico: a mulher que hoje trabalha na rede também já foi violentada, se não física e patrimonial, culturalmente. Todavia, mesmo em meio ao sofrimento decorrente de tal ato - o falar - é através dele que se pode, por fim, viabilizar a produção de um novo sentido ao que foi vivido e assim, um novo cuidado, que é simultaneamente individual e cultural, que

posiciona o sujeito e sua realidade num tempo-presente diferente do que antes se encontrava (GIMENES; SPINK, 1994). Seguindo por esse caminho, pensamos que a fala de uma assistente social de outra UPA ilustra bem o ‘trabalho’ atribuído à fala e a escuta que lhe é prestada:

*Eu acho que desde o acolhimento né a gente tem que ser sensível ao que a gente tá escutando, porque muitas vezes é fácil a gente ajudar a mulher que chega machucada, mas tem aquela mulher que não chega machucada ela, ela já vem sendo machucada moralmente, psicologicamente e, a gente, se a gente não tiver uma forma de acolher diferenciada a gente não percebe.*

E é sobre isso, no fim das contas, um acolhimento ativo e qualificado, utilizado enquanto técnica e, principalmente, com intencionalidade pode, por fim, transformar, como já foi dito. Contudo, apesar disso é preciso que apareça por parte do atendimento público a continuidade dos serviços já que os recursos para a prevenção da violência se dão não só em um aparelho, mas em vários que devem estar em plena comunicação, assim chegamos à descontinuidade da rede, dimensão importante que visualizamos durante as entrevistas e pesquisa e que pode ser exemplificado com a fala dessa profissional da UPA I ao dizer sobre o encaminhamento da mulher para o atendimento psicológico após o acolhimento em sua unidade:

*Acompanhamento psicológico, a gente sempre encaminha, a gente orienta né vai se quiser a pessoa né, a gente oriente o acompanhamento psicológico né e a gente não tem uma rede de específica pra mulher vítima de violência aqui [...] uma casa que atende elas não. Tem a casa de amparo, mas é em [capital] né, aqui em [cidade de médio porte] ainda não tem, aí no caso ela fica aqui enquanto está precisando de atendimento médico e depois volta pra casa.*

Mais à frente, veremos que, sim, a cidade em questão dispõe de uma Casa de Amparo à mulher vítima de violência e, bom, a partir da daí, desta compartimentalização citada podemos dizer que não basta apenas a rede contar com tecnologias de cuidado visto que elas não se referenciam e, aliás, houve na coleta uma parte onde indagamos aos profissionais acerca de suas crenças quanto ao funcionamento do fluxo e, nesse sentido, houveram contribuições que se mostraram um tanto quanto desacreditados na prestação do serviço, bem elenca isso a enfermeira do Serviço de Assistência Especializada e Centro de Testagem e Aconselhamento ao dizer que

*“Ah, eu acho que não [funciona], eu acho que poderia ser mais simples, otimizar, ter um lugar que você já fazia tudo ou ser interligado, sabe?”*

Em teoria a rede deveria estar interligada e funcionando de modo intersetorial, agindo nos pressupostos da referência e contratransferência, apoio matricial e clínica ampliada e compartilhada, tendo como alvo o ensejo da criação de uma sociedade que

não apenas atua enquanto curativista, mas também enquanto reparadora do machismo que há eras agride a existência feminina. O que queremos dizer é que concordamos com Foucault (2004), que é extremamente necessário que desejemos a criação de uma sociedade que possibilite novas formas de manifestação da vida e o caminho para tal realização certamente atravessa o crer numa prática que é não apenas curativista como mencionamos, mas ela, num sentido micro, muda vidas, muda realidades de fluxos de atendimento. Logo, o serviço nas unidades de saúde diz muito mais de algo que toca apenas os fatores biológicos, ele se enquadra também num nível que é político e social.

### **“A rede está se estruturando”: idas e vindas no atendimento em rede da mulher em situação de violência**

Uma breve discussão se torna relevante para continuarmos esse trajeto, dizemos sobre os possíveis instrumentos capazes de basear esse trabalho em rede o qual apontamos. Nesse sentido, temos então a lógica da intersectorialidade enquanto manejo de uma gestão, que possibilita o trabalho entre diferentes setores para não só planejar, mas um fazer pensado para complementar à setorialidade, não a sobrepor (NASCIMENTO, 2010). Assim, essa atuação é refletida na esfera das políticas públicas que acabam por se movimentar em um dado caminho marcado pela complexidade. Por conseguinte, o sistema de referenciamento e contra-referenciamento corresponde à essa mesma demanda, no sentido de localizar entre os diferentes setores, suas especialidades enquanto graus de complexidade, sendo exercício com maior grau o referenciamento e exercício primário notado por contra-referenciamento (FRATINI; SAUPE; MASSAROLI, 2008), no entanto, no contexto tratado no trabalho em questão, esses refletem enquanto fazeres segmentados e que não se dialogam, gerando a compartimentalização da rede.

Dessa maneira, temos ainda o apoio matricial como uma outra forma de arranjo organizacional que considera cada fazer isolado inábil à integralidade, pretendendo a personalização dos sistemas, em que equipes contribuem para o “processo de construção compartilhada criam uma proposta de intervenção pedagógico-terapêutica” (CHIAVERINI, 2011). E é pensando nisso que a aparição de uma Clínica Ampliada (CA) se faz de ordem tão necessária para os atendimentos na rede de atenção. De acordo com documentos do Ministério da Saúde (2009), a Clínica Ampliada dialoga justamente com o posicionamento de que o fazer em cuidados envolve não somente cunhos físicos, mas também, como já bem trouxemos, aspectos sociais e psicológicos. E sabendo disso, não

é difícil identificar o que almeja a CA, afinal o próprio nome diz de uma amplitude que é de sumo interesse, visto que se valoriza olhares que são biopsicossociais.

Nesse mesmo tema, sobre referência e contratransferência, temos então o depoimento de uma funcionária em Assistência Social na UPA II, onde ela relata como são realizados os encaminhamentos no estabelecimento, ela diz que:

*Daqui de [cidade de médio porte] geralmente os casos específicos de violência psicológica é pro CAPS [...] agora [no que se refere à] violência sexual vai pro SAE [...] lá tem o núcleo de atendimento de vítima de violência sexual aí seja criança, mulher, adulto, idoso tudo é pra lá*

No SAE citado acima nos deparamos com falas que infelizmente somos incapazes de descrever como nos sentimos, um misto de tristeza e alegria habitou entre nós tanto durante a transcrição quanto durante o debate no grupo de pesquisa. Pontos sensíveis como a fala da enfermeira ao dizer que tenta em sua prática tentar:

*explicar que com a atitude [de denunciar] dela [a mulher], por mais incômodo que seja [falar sobre a violência], ela estaria servindo de exemplo pra muitas outras pessoas que passam pela mesma situação*

Como também tocam que, ao ser questionada sobre sua opinião da relação entre machismo e violência diz que

*Pode ser que sim, pode ser que não. Não sei se tem a ver, só porque a sociedade é machista, tem mulher que também [é machista], que postura igual de pessoas que a gente fala que é homem machista, então isso é muito relativo*

Esse relativismo trazido em sua fala é, infelizmente, uma realidade. O sexismo está estruturado de modo tão impregnado e naturalizado que por vezes não conseguimos reconhecê-lo, se torna mascarado e, assim, tão cultural que muitas vezes se traveste como zelo e se como a violência está atrelada a demandas de um exercício de poder social (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

Dada a esta estrutura patriarcal a qual a sociedade brasileira se edifica, é designado à mulher funções relacionadas à atenção e ao cuidado, sendo ela imputada socialmente numa lógica familista, “uma vez que não podemos romper como reprodutoras da ordem social e biológica que nos foi imposta” (BANDEIRA, 2014, p.458). Isso pois, o público participativo dos equipamentos da rede de atendimento à mulher que percorremos é, e assim não seria diferente, majoritariamente feminino, como nos afirma a psicóloga do CRAS IV em que

*na grande maioria das vezes quem vem até o CRAS são as mulheres então a gente a chama de referência da família*

A rede de enfrentamento é uma proposta introduzida nessas unidades para desenvolver-se enquanto política pública, pois essas são estruturas já existentes e que

possuem raízes nas comunidades em que atuam, levantando à exposição essa temática, através de trabalhos e projetos. Um exemplo disso, comenta a psicóloga do CRAS III ao questionarmos se existem casos em que a mulher chegue já falando da situação de violência, ela responde que:

*percebe que é sempre muito velado [...] Não se comenta. A gente que, por meio do formulário, às vezes traz isso, convida ela a falar*

Esse formulário a qual comenta, refere-se ao prontuário de atendimento que fora atualizado trazendo essa indagação porque em muitos casos a violência passava-se “despercebida”.

Assim, é válido pensar em como essa atualização no formulário/prontuário foi necessária, já que, está escancarado o quanto a estrutura machista, que conserva através das gerações “a ordem tradicional [que] se ressignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, não os elimina” (BANDEIRA, 2014, p. 457), permitiu a naturalização dessas violências na sociedade, como bem pontuado pela psicóloga do CRAS IV, em seu relato, em que

*infelizmente, muitas vezes a gente não consegue nem visualizar esse sofrimento, porque é uma coisa que já tá tão naturalizada né, que já vem muitas vezes de um histórico [...] acha que tem que ser assim mesmo, e também tem a questão da vulnerabilidade social*

Nos centros de referências, raramente a mulher chega ali após uma situação de violência explícita (seja verbal ou física), com isso, no topo da lista, é possível identificar as violências psicológica, patrimonial ou mesmo moral, as quais tem que ser relevadas pela/para a equipe por meio de acolhimento e orientação.

E, interessante é, como a inclusão dessa questão reflete uma retomada no reconhecimento por parte das políticas públicas sobre a violência, um ponto que, de certa forma, beneficia que o tema seja falado cada vez mais e envolva as comunidades de fato, pois como é relatado pelas psicólogas no CREAS

*para a pessoa se ver numa situação de violência é quando aquela violência já ocorre de uma forma muito externalizada, quando tem intervenção de alguma pessoa de fora, algum vizinho, de algum familiar é... Violência física mesmo!*

Agora, imagine se não só a violência explícita fosse notada? Vivemos em um país patriarcal, em que o machismo está enraizado no axioma que estrutura a família e a sociedade. Assim, ainda é muito difícil que a mulher se reconheça numa situação de violência e/ou entenda isso como questão; algo que, torna-se obstáculo que dificulta até mesmo que dados sejam coletados para compreender em que grau estão essas situações nas comunidades, já que

*nem sempre elas declaram essa violência” (CRAS IV)*

A rede de apoio que visa a ressignificação dessas situações de violências é crucial para que esses sujeitos, possuidoras dos corpos femininos, consigam romper com os percalços que as atravessam, e se movimentem em favor da desconstrução de uma sociedade, em escutar essa razão que diz algo, ditado pelo seu próprio ponto de vista, de um lugar em que só ela tem propriedade para falar (HARAWAY, 2012). No entanto, durante as entrevistas, as adversidades que dificultam esse processo de ressignificação e o trabalho em rede perpassam tanto questões relativas aos profissionais enquanto sujeitos e seus atravessamentos, quanto aos equipamentos e sua gestão e, além disso, a uma população que, como diz a fundadora da unidade de terceiro setor:

*[...] tem uma resistência em relação a essas políticas, porque as políticas públicas que vão beneficiar a mulher, são políticas de ações afirmativas, [...] toda vez que fala de política de cotas, tem um pré conceito da sociedade, de que isso é coisa de, do movimento feminista [...] senso comum que se criou em relação a esse, a esse tipo de política pública, que é o que faz a diferença realmente.*

Durante os relatos, verificamos que quando há o acolhimento e as mulheres querem tratar da violência se deparam com a falta de espaços privativos na rede para isso, nos deparamos com a fala da psicóloga do CRAS III, ao reclamar que

*outra questão também gente que dificulta meu trabalho horrores aqui dentro, é que eu não tenho sala. [...] Teve vezes assim de chamar o usuário pra debaixo da árvore ali, sabe? Complicado. Muitas vezes a gente até convida a pessoa falar, mas devido à falta de privacidade...*

Tem a equipe para realizar o serviço, mas o equipamento em si, a estrutura mínima para se prestar essas ações, não correspondem. E, por vezes, falta o básico

*nós não temos um banheiro pra equipe, fora isso, o banheiro que tem, não tinha chave. [...] o adoecimento é, chega a nível físico mesmo (CREAS III)*

Consoante a isso, a profissional psicóloga do CRAS I também nos informa em como os mecanismos do equipamento no qual atua são incipientes para lidar com essa demanda social: “*não tem recursos humanos suficiente*”, impedindo que os trabalhos sejam eficientes no fortalecimento de vínculo, como também que a atuação nas comunidades seja de cunho preventivo, o que contrapõe a finalidade desses serviços, como explicitado pela psicóloga do CRAS II:

*a gente tem um custo muito maior com a resolução do problema depois [...] o meu trabalho, que é levar informação, que é garantia dos direitos, pra que essa mulher ela entenda quais são os seus direitos, que ela não é obrigada a aceitar uma violência psicológica, nem sequer violência verbal.*

Uma outra questão pertinente, e que diz respeito às tentativas do trabalho em rede, são as alternativas buscadas pela equipe do CRAS III. É abordado pela psicóloga os obstáculos para estabelecer um contato mais próximo às comunidades, trabalhar essa questão da violência e vislumbrar a prevenção:

*a dificuldade também que a gente encontra é de trabalhar essas pessoas assim, mensalmente, por meio de PAEF, oficinas, porque elas não comparecem, elas vêm aqui uma vez ou outra [...] porque elas não comparecem devido à distância mesmo que o cras tá, da região delas [...] aí a gente não encontra parceria com as escolas, é difícil, tá vendo até com presidente de bairro, dão algum lugar assim pra gente fazer atendimento, fazer uma oficina com essas mulheres daquela região.*

Reconhecendo a necessidade de desenvolver seu trabalho nas comunidades, um outro desafio a enfrentar corresponde a tentativa de aproximação, que é inviabilizada por outros profissionais, o que por si só, desmantela toda noção de rede, como podemos observar no relato da profissional do CRAS III:

*o que eu encontro de alternativa [...] é através das visitas institucionais, que a gente faz. Vai tentando se aproximar dos outros profissionais das outras áreas, dos outros dispositivos, mas ainda assim é complicado. [...] também tem essa dificuldade, da rotatividade dos profissionais, né. E também isso atrapalha no vínculo né, que esses profissionais vão criar com os usuários né, com a comunidade em geral.*

As exposições feitas tanto pela psicóloga do CRAS III quanto a psicóloga do CRAS IV, demonstram que o projeto de sucateamento do serviço perpassa também pela ineficiência dos trabalhos desenvolvidos e pensados diretamente para essas mulheres:

*CRAS III – os cursos que a gente oferta. [...] não se faz uma pesquisa pra ver o que que a comunidade, que que as mulheres de [município de médio porte] querem. [...] não capacita para o mercado de trabalho. [...] e também não promove assim, contextos educativos, de educação, de capacitação assim nesse sentido profissional.*

*CRAS IV - a gente sabe que o mercado de trabalho é extremamente exigente; então assim, o certificado de cras, de curso assim vai garantir o que pra uma mulher? Nada! Assim, de inserção no mercado de trabalho, nada. [...] inserção no mercado de trabalho, com carteira assinada, com uma estabilidade, esses cursos não proporcionam de forma nenhuma.*

Foucault (2004) já aponta a necessidade de olhar criticamente para as políticas governamentais instituídas como espaço de produção de cuidado. Para ele, desde a Primeira Grande Guerra, temos observado um fracasso dos programas sociais e das políticas, mostrando que as mudanças que temos observado no cotidiano daqueles que passam a ser controlados e docilizados se devem muito mais a movimentos do que a estas políticas sociais. Em outro trabalho aponta que:

*Percebemos que as coisas não se produzem nunca como os programas políticos querem descrever; e que os programas são sempre, ou quase sempre,*

conduzidos seja a abusos, seja a uma dominação política por parte de um grupo, quer sejam técnicos, burocratas ou outros (FOUCAULT, 2004, p. 275).

Assim, as divergências vão acontecendo, evidenciando uma descontinuidade da rede, nos discursos que se chocam entre os equipamentos que deveriam fomentá-la. Temos que, para as psicólogas do CREAS, a visão sobre os projetos ofertados é diferente; durante a entrevista, sua fala nos leva a crer que esses trabalhos possuam eficácia

*a gente tá realizando o projeto pra geração de renda mesmo pra essas mulheres; capacitações, para que não seja mesmo um empecilho na situação de violência (CREAS)*

Bem como expressam que o atendimento nas unidades já não é fragmentado, devido ao estabelecimento da rede

*as instituições não se conversavam, a partir do surgimento da rede de enfrentamento, da articulação das diferentes instituições a gente tem conseguido dialogar” (CREAS).*

Além do mais, percebemos estarmos diante de um discurso descontinuo em si próprio. Seguindo com a entrevista do CREAS, apesar do papel da delegacia especializada deva ser “capaz de escutar a voz da denúncia feminina e de propor e encaminhar processos que designassem os atos masculinos violentos como crimes” (BANDEIRA, 2014, p.453), esta é apontada como uma entidade necessária, mas que não corresponde à rede que pretende o serviço humanizado; algo que também é comentado pela psicóloga do CRAS IV ao ficar

*constrangida de falar pra uma mulher se dirigir até uma delegacia pra chegar lá e sofrer um outro tipo de violência [...] as pessoas colocam as mulheres, culpabilizam a vítima pela violência, eles, já vi eles negarem atendimento*

Dessa forma, como a rede poderia estar articulada com tantas incompatibilidades expostas? Cremos que ela ainda esteja em processo de construção, e permanente, se levarmos em conta a rede enquanto tecido micropolítico.

As controvérsias identificadas nos discursos entre as profissionais dos CRAS e CREAS parecem corresponder ao fato de trabalharem com a mulher em diferentes pontas no fluxograma de enfrentamento, o que, como explicita Donna Haraway (1995), é uma estratégia válida se pensarmos na construção coletiva que instigue a rede, de vozes que dizem com propriedade sobre um lugar, um saber objetivo “de interpretação crítica contínuo entre "campos" de intérpretes e decodificadores” (p. 32). No entanto, esse

corolário<sup>1</sup> não acontece entre as unidades de forma eficaz, evidenciando que a descontinuidade ainda prevalece, e reflete na conexão que essas poderiam dispor. Isso se tornará notório com as falas da psicóloga da rede inserida na delegacia especializada. Nas tentativas de se fazer prosperar a micropolítica em rede as profissionais esbarram no projeto de sucateamento desses serviços.

Com relação a delegacia especializada, fora necessário realizar a entrevista com duas profissionais diferentes para conseguirmos as informações que atingissem o objetivo da pesquisa, sendo uma com a psicóloga e outra com a escritã. Pelo fato da pesquisa, é interessante que apontemos a justificativa desse movimento. Assim, os dados sobre a delegacia especializada no atendimento à mulher e outros dois públicos em risco de vulnerabilidade social, só foi possível por meio da entrevista com a escritã do local. Mesmo que a delegacia seja especializada em tais demandas, a psicóloga recusa-se atender essas mulheres, com a principal justificativa de trabalhar apenas com o público infante-juvenil

*eu já defini bem, eu não atendo [...] senão você não trabalha, você é engolido [...] então é esse, a essa dificuldade. Que a gente encontra é essa da estrutura da delegacia também”*

Sobre a articulação da rede intersetorial de atendimento, menciona ainda

*eu penso duas vezes antes de encaminhar [para o CREAS] [...] a pessoa não tem dinheiro pra ficar indo lá batendo na porta pra uma né... Não ser atendida bem, então eu mando pra [organização do terceiro setor]”*

De acordo com Monteiro e Souza (2007 *apud* FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012, p. 311), com relação as mulheres ao buscarem suporte para lidar com a situação de violência, “a indiferença com que são tratadas contribui para que elas permaneçam na inautenticidade”.

Segundo Hanada, D'Oliveira e Schraiber (2012, p. 33), por mais que “há uma relativa indefinição na especificidade do trabalho do psicólogo, o que pode representar impasses para uma melhor articulação em equipe e em rede”, isso não é suficiente se pensarmos que, enquanto profissional da rede e que esta reflete em uma engrenagem que a faça acontecer, “por outro lado, também pode criar oportunidades para inovações na prática”, assim, o trabalho ao qual está inserida, necessita do seu apoio. Como a mesma profissional diz, em outro trecho da entrevista

---

<sup>1</sup> “Explicações de um mundo "real", assim, não dependem da lógica da "descoberta", mas de uma relação social de "conversa" carregada de poder. [...] o mundo encontrado nos projetos de conhecimento é uma entidade ativa” (HARAWAY, 1995, p.37).

*todo mundo tem que saber atender aqui dentro, muitas vezes é só você ouvir a pessoa e dar uma informação”, ao mesmo tempo em que demanda da gestão que estrutura essa unidade “uma equipe pra ser da mulher*

Bandeira (2014, p. 453) já nos havia dito que dentre os desafios nas delegacias “o maior deles é qualificar adequadamente os agentes públicos para perceber os processos de opressão a partir dos grupos vulneráveis” assim, voltamos o olhar para os agentes inseridos no equipamento, os quais a psicóloga aponta que

*elas acham que “ah, é um... eu não sou formado pra isso” tipo assim “eu não tenho que saber disso, não cabe*

Mesmo que estejamos falando de profissionais inseridos em uma delegacia especializada, e não comum.

Na entrevista com a escritvã, nos é apontado as possibilidades de recursos que esse local dispõe para ajudar a mulher na situação de violência. Assim, demonstrando propriedade ao expor as medidas tomadas em conjunto com a usuária, a escritvã nos informa que

*se a vítima chega ali para fazer um B.O e se ela estiver machucada ou agredida fisicamente aí já tem um outro protocolo né que é levar essa vítima ao IML ou então já pegar a declaração dessa vítima, saber qual é a condição dessa vítima, se ela vai necessitar de ir para uma casa de amparo, se ela tem algum familiar né pra ela ir residir ou se ela prefere na medida protetiva que o agressor saia do local.*

A escritvã da delegacia nos relata quanto ao encaminhamento para atendimento psicológico

*elas ficam assim resistentes em procurar a ajuda psicológica [...] uma ou outra até quer o atendimento, mas para as crianças não para elas [...] não tem uma única causa do porquê que elas não procuram esse apoio psicológico*

Ainda existem outras questões as quais a mulher precisa considerar antes de pedir a medida protetiva, como por exemplo o fato de que

*essas crianças não são abrigadas todas juntas, isso aí também vem a ser um problema, [...] a gente sempre orienta ir na defensoria porque até ela ter a guarda da criança esse pai pode pegar essa criança e não querer devolver para a mãe, aí fica naquele embromo (sic) que só é resolvido judicialmente não em uma delegacia.*

Nesse contexto, a casa de acolhimento corresponde a unidade pública que recebe essas mulheres para estadia provisória. Elas são levadas a esse espaço, para que possam se afastar do risco de serem expostas ao agressor. Assim, a proposta é necessária, e mostra que as agentes ali, que compõe o quadro buscam da maneira como podem, atender essas mulheres com um olhar acolhedor, como diz a funcionária na casa de amparo:

*pra elevar essa auto estima dela, pra dizer que ela é capaz, mesmo que ela não tenha estudo, não tenha condição financeira, olha, você é capaz" [...] não precisa abaixar cabeça e viver debaixo do teto do agressor, apanhando*

Apesar de parecer um discurso incompleto, na medida em que entendemos que a permanência na situação de violência ter inúmeras causas, estamos olhando para agentes que assistem a essas mulheres, vindas da mesma instrução social.

Tanto a gestão ou profissionais que desejam ou intentar performar uma rede de cuidado e atenção à mulher em situação de violência, quanto aqueles cujo mantêm-se de braços cruzados, sustentam a permanência de premissas as quais esses equipamentos se encontram atravessados, atuando em conformidade aos interesses político-partidários. Como dito por Foucault (2004, p.276) e, nada menos que atual, de que “as grandes instituições políticas e os grandes partidos políticos confiscaram o processo de criação política, quero dizer com isso que eles têm tentado dar à criação política a forma de um programa político, com a finalidade de se apoderar do poder”, e princípios visivelmente curativo-individualistas, estagnando para que as coisas permaneçam exatamente como estão ou mesmo deteriorem. Um modelo curativista que não leva em consideração as condições que a mulher se encontra e fazer significar essa medida como suficiente para superação das violências sofridas, descartando a totalidade a qual a ressignificação demanda. Um modelo individualista por não olhar para essa violência como estruturada cultural e historicamente, como já apontado em 2012 na pesquisa das autoras Hanada, D'Oliveira e Schraiber (p. 53), ao explanarem que “o problema da violência de gênero pareceu tornar-se individualizado e psicologizado, com compreensão reduzida do trabalho possível do [profissional] no fortalecimento e na emancipação dessas mulheres e no enfrentamento à violência vivida”.

Como já citado, a criminalização das violências contra os corpos femininos é uma conquista de movimentos sociais feministas que viabilizaram que saíssemos desse lugar de privação domiciliar, trazendo-nos para esfera pública como membro da sociedade, um sujeito de direitos. Isso só foi consolidado, a partir dessas lutas, em que, entre outras questões importantes, não mais permitir que o crime de honra seja aceito como desculpa para violência do masculino contra o feminino, entendidos enquanto “sujeitos sociais que carregam em si as características culturais do gênero” (Fonseca; Ribeiro; Leal, 2012, p. 307).

No entanto, a dificuldade de o fluxo ter um percurso que faça jus a demanda e de se estruturar – ao que propõe Guattari (1996) quando refletimos sobre a articulação

micropolítica – quem pode fomentar e guiar essa grande estrutura são os atores dessas cenas, em rede. É preciso uma flexibilidade, que acontece através disso que tanto falta na ‘rede’ de enfrentamento: uma correspondência instituinte tanto por parte como entre os profissionais, como das gestões nas três esferas do poder público; uma mudança que, segundo Foucault (2004, p. 267), não só é possível, como “temos a possibilidade de mudar a situação, que esta possibilidade existe sempre. Não podemos nos colocar fora da situação, em nenhum lugar estamos livres de toda relação de poder.”

Assim, quando o profissional se coloca fora da rede está inviabilizando um trabalho de estruturação dessa que é dele mesmo, e diz de uma posição, tomada de um lugar simplista, como descreve Haraway (1995, p. 33), sendo “o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular”, privilegiando o que cada unidade tem consigo, a possibilidade de fomentar essa rede, desde que assuma esse lugar enquanto agente de mudanças. As unidades ao fortalecerem umas às outras resultará no progresso da própria rede, dos próprios serviços, enquanto essenciais para o enfrentamento das violências.

Durante a pesquisa percebemos que uma instituição de terceiro setor é arregimentada pelos profissionais como instituição importante de atendimento e acompanhamento das mulheres. Segundo a fundadora, a instituição recebe encaminhamentos da casa de acolhimento da região, da delegacia e do fórum. O atendimento, entretanto, é realizado caso perceba uma situação muito grave, como podemos visualizar nesse trecho da entrevista realizada com a fundadora da instituição

*a gente só encaminha mesmo, só oferece tratamento quando a gente percebe, que é visível que ela não tá bem.*

Acirando ainda mais a descontinuidade do atendimento à mulher, já que os órgãos governamentais encaminham para a instituição filantrópica e do Terceiro Setor com o ideário de que lá o atendimento se efetiva. E essa instituição, por sua vez, atende casos graves reencaminhando para a rede os não considerados grave. Nesse percurso que realizamos entre delegacia, UPA, CREAS, CRAS e instituição do Terceiro Setor, indagamos: Quantas mulheres não passaram sem ter tido apoio oferecido porque seu caso foi considerado não grave ou não é tratado aqui? Os equipamentos da rede intersetorial de atendimento à mulher em situação de violência acabam se configurando por “pontas soltas e omissas”. Uma outra questão é o fato de que os equipamentos não dialogam, no sentido de não haver vínculo entre unidades e entre unidades e usuários, tornando-se uma saída isolada de acolhimento para essas mulheres.

Para finalizar, por ora, gostaríamos de fechar a análise com uma reflexão posta pela psicóloga do CRAS IV, quando indagava se na opinião dela, a rede funcionava, a mesma diz que

*[sobre o TS] não é do município, não é do estado, um órgão que trabalha com voluntários, aí a gente vê que justamente, que o estado não consegue fazer seu papel porque existe esse terceiro setor que trabalha junto com o estado. [...] a gente faz encaminhamento pra saúde, aí não tem vaga.*

A impressão que fomenta, é de que, por mais que se pretenda a rede, o próprio estado público, o qual deveria suprir essa ausência, faz o movimento contrário. A ressignificação é uma tarefa complexa, maior do que a maneira a qual se vem lidando com a questão. Enquanto que já existem equipes e estruturas buscando fomentar o trabalho da rede, capazes de fazê-la acontecer, ainda carece o investimento. O comentário da psicóloga do CRAS IV demonstra certo aborrecimento, pois não só o estado se omite a prestar contas para que o serviço seja eficaz, bem como designa algo que diz de sua responsabilidade para outrem [TS], permitindo a deterioração dessas unidades.

Dessa forma, fica claro que os impedimentos para que de fato haja rede, não se dão somente por questões político-partidárias, é também ocasionado pelos próprios profissionais, quando deixam de fazer os encaminhamentos para a rede, designando ao terceiro setor – uma ponta desconexa – o serviço de acolher essas mulheres, deixando de conhecê-las e, por parte desses profissionais no quadro das delegacias, sobre as [a]diversidades as quais essas mulheres são expostas e suas vivências, mantendo-se em um lugar de julgamento explícito e completamente distante das realidades trazidas.

A descontinuidade da rede está escancarada, e produzindo o efeito reverso à ressignificação. Não será possível existir um tecido, ao menos que haja o entrelaçamento das pontas soltas. Pensamos ainda que alguns equipamentos estão servindo apenas para recepcionar essa mulher, pois é necessário compreender que, por si só seja suficiente o ato de referenciamento e contra-referenciamento, para que o trabalho esteja em rede; uma vez que se compreende rede enquanto ações contribuindo coletivamente para a construção do contexto proposto, o [contra] referenciamento serve a esse fluxo enquanto medidas tomadas por encaminhamentos entre os setores, o que em si não provoca sua conexão rizomática<sup>2</sup>, como tramado por Franco (2006), e manter a compartimentalização dos serviços e suas desconexões, alimentando o enrijecimento das ações dos profissionais.

---

<sup>2</sup> “Múltiplas conexões nas microunidades de cuidado [...] formam-se redes com alta capacidade conectiva entre si mesmo e para outras instâncias do amplo cenário de produção” (FRANCO, 2006, p.464-465).

Algo que não podemos deixar de falar, evidenciado nas falas das profissionais é que há um atravessamento impossível de escapar: o próprio reconhecimento enquanto sujeito dessas profissionais e sua existência em corpos femininos. Estamos tratando de uma questão que é socialmente estruturada [o machismo] e a violência que, por mais camuflada que seja, é identificada e, logo, sentida pelas profissionais como algo que vivenciam cotidianamente por possuir corpos femininos. O incômodo trazido pela psicóloga do CREAS por ter que atender ao agressor é real! Ao dizer que em atendimento com o homem esse

*querendo diminuir a equipe né, falando coisa, aumenta o tom de voz, no próprio grupo também... [...] a gente tem que pensar que são mulheres falando de violência pra esses homens e esses homens já cometeram algum tipo de violência*

Sabemos o que isso é o reflexo da constatação de estar exposta a alguém cujo os comportamentos são permitidos socialmente. A esse ponto, a mesma reclama que

*[...] da gestão a gente não tem esse apoio assim, é fazer o que a gente tem que fazer com o que tem, mesmo não tendo recursos, [...] deveria existir uma equipe específica pra atender esses homens*

É sobre atestar aqui, mulheres que em suas existências, precisaram resistir solitariamente nessas relações, tendo que atender outras mulheres para ofertá-las o apoio, sem rede.

De toda forma, a princípio, desde 2019 para ser mais exata, pensamos na escrita de uma análise que fosse pessoal, mas que conseguisse seguir a linha do fluxograma estabelecido na rede, ou seja, iniciamos as entrevistas sem caminho traçado previamente e, com isso, iríamos seguindo conforme a vida e as entrevistas no levavam; de unidade em unidade de acordo com o que a outra nos enviasse. Nesse percurso, nos deparamos com um atendimento que é descontínuo. Não que o serviço prestado seja ineficaz, até porque, como tratar de algo quando também se é violada pelo mesmo problema que se tenta combater? Mas, de todo modo, o que aconteceu foi o desenvolvimento de algo que passamos a chamar de “bolinha de ping-pong”, já que nos sentíamos jogadas de um equipamento para outro, sem resolutividade e, muitas vezes, respostas para nossas principais indagações: “Onde e como são ofertados atendimento e acompanhamento intersetorial para a mulher? Quais são as equipes de referência? Onde encontrar o Projeto Terapêutico Singular e/ou familiar?” Perguntas que, ao final do percurso, permanecem abertas.

O termo citado acima foi várias vezes pauta de discussões dentro do grupo de iniciação científica do qual éramos e somos parte, ele diz sobre a nossa tentativa falha de

identificação de uma articulação dentro do SUS e do SUAS, jogadas de um lado por outro, nos víamos em vários momentos sem perspectiva sobre para onde ir e com quem falar. Como já bem frisamos, inexistem nas unidades diálogos e isso em algum nível pode também ser considerado outra forma de violência, um desamparado frente ao vínculo que deveria ser tratado enquanto prioridade. Sobretudo, entendemos que a rede reflete a complexa trama da realidade sexista em que vivemos e, sendo assim, entendemos que existem embates e desafios no processo viabilizador de ressignificação e por isso pensamos que talvez uma forte ferramenta de enfrentamento seja a qualificação dos servidores públicos, como bem trazido por Bandeira (2014), para que enfim entendam e agucem suas percepções para com aquilo que é estruturalmente a violência de gênero.

### **Considerações Finais**

Para que se tenha um fruto é necessário um processo que, grosso modo, envolve o preparo da terra, o arado, a sementeação, o tratamento e, por fim, a colheita. Aqui nestas páginas tem-se um fruto de um árduo e longo trabalho, cheio de fases tal como o plantio, mas que, com muito carinho, noites em claro, incentivos, crises e bloqueios criativos, finalmente pôde se fazer presente. Este é um dos muitos frutos que podem ser retirados da pesquisa que realizamos por dois anos.

Anos estes onde planejamos escrever inúmeras coisas e de tantas formas diferentes, mas que, ao final, se mostrou como algo que quase ganha vida própria, mostrando as sensibilidades que emergem da rede e das profissionais que entrevistamos e que, assim como nós, foram e continuam sendo violentadas no decorrer de suas vidas, uma vez que só o fato de existir é algo que se torna custoso numa sociedade que, como bem frisamos no corpo do trabalho, tolhe qualquer possibilidade de existência feminina. Daí o título do trabalho: Nós já passamos por isso também. Trata-se de um recorte de fala de uma das participantes, a qual relata também “saber o que era *aquilo*”, ser mulher e violentada, pois já havia passado por isso também.

Este caminho trilhado nos proporcionou demasiado crescimento subjetiva e academicamente, nos entendendo e amadurecendo enquanto mulheres que podem e devem ser questionadoras, para que assim consigamos contribuir para a superação das violências aqui marcadas. Aprendemos, ainda, que pesquisar está no infinitivo, que é um verbo. Uma ação. E que é também um fazer político que pode, com certo esforço, mudar a vida de pessoas, no nosso caso, de outras mulheres. Sendo um infinitivo como

mencionamos, torna-se quase que impossível que este trabalho consiga contemplar tudo aquilo o que tocamos em meio às dezessete entrevistas, assim, fica aqui registrado um convite a outras autoras e pesquisadoras que queiram através de suas leituras se aproximarem daquilo o que aqui não foi de nosso escopo, como por exemplo, quem representa a maioria da mulher violentada que acessa a rede? A negra, a amarela, a branca? E os instrumentos oferecidos pela rede municipal enquanto ‘cursos profissionalizantes’ para a retirada da violência, funcionam mesmo? São eficazes? Quantas mulheres conseguiram romper com a violência? Conseguem compreender o quanto ainda se tem a avançar? Perceba que existem ainda muitas questões a serem respondidas.

Pesquisar é também sobre isso, sobre convites às somas que tenham como intenção movimentar aquilo que há tempos encontra-se estático, enrijecido. Pesquisar é algo que requer continuidade, humildade e, principalmente, trocas, sejam elas de cunho experiencial ou de cunho teórico-literário. É algo lindo que nos amadureceu e proporcionou um refinar da escuta, que nos fez questionar e entender que se existe um propósito em cada frase formulada e que este (o propósito) é a libertação de corpos femininos que sofrem e padecem tanto no imaginário social quanto naquilo que é conhecido como realidade. Pesquisar para nós é isso, dialogar com realidades e almejar que ela se transforme. A pesquisa é daquele sujeito que almeja, ao final, um fruto bom e saudável.

### **Referências bibliográficas**

AKIGARI, S. S. *et al.* **Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões da realidade.** In: A produção de informação na pesquisa social. Rio de Janeiro: 2014.

AMORIM, Talila Arrais; TEIXEIRA, Solange Maria. A GESTÃO EM REDES NO CONTEXTO NEOLIBERAL: o exemplo da política de assistência social brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 1, p. 21-40, 2017.

BANDEIRA, L. M. **Violência de Gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.** In: Revista Sociedade e Estado, Vol. 29, nº 2. Maio/Agosto de 2014.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: **Senado Federal**, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro / Conselho Nacional do Ministério Público.** – Brasília: CNMP, 2018.

BUENO, Samira *et al.* Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. In: **Forum Brasileiro de Segurança Pública**. 2020.

CHIAVERINI, Dulce Helena et al. **Guia prático de matriciamento em saúde mental**. 2011.

CLETO, Mirna; COVOLAN, Nadia; SIGNORELLI, Marcos Claudio. Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus (as) filhos (as): o paradoxo da proteção integral. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 157-170, 2019.

CORTES, Laura Ferreira; PADOIN, Stela Maris de Mello; KINALSKI, Daniela Dal Forno. Instrumentos para articulação da rede de atenção às mulheres em situação de violência: construção coletiva. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. SPE, 2016.

DO PSICÓLOGO, Código de Ética Profissional. Conselho Federal de Psicologia. **Brasília, agosto de**, 2005.

FOUCAULT, M. *Ordem do discurso* (A). Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 5, 2004.

FONSECA, D. H. da; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra mulheres: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012.

FRANCO, Tulio Batista. **As redes na micropolítica do processo de trabalho em saúde. Gestão em redes: práticas de avaliação, formação e participação na saúde**. Rio de Janeiro: CEPESC, p. 459-473, 2006.

FRATINI, Juciane Rosa Gaio; SAUPE, Rosita; MASSAROLI, Aline. Referência e contra referência: contribuição para a integralidade em saúde. **Ciência, cuidado e saúde**, v. 7, n. 1, p. 065-072, 2008.

GERAIS, Das Disposições. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GIMENES, M. da G. G.; SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise do discurso sobre a saúde e a doença**. In: *Revista Saúde & Sociedade*, nº 3, v. 2. 1994.

CHIAVERINI, D. A. et al. *Guia prático de matriciamento em saúde mental*. Brasília: Ministério da Saúde: **Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva**, 2011.

HANADA, Heloisa; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 1, p. 33, 2010.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

MASSA, Roberta Franco; LORENZETTO, Bruno Meneses. **O papel histórico do feminismo no reconhecimento dos direitos das mulheres.**

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Clínica ampliada e compartilhada.** 2009.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 101, p. 95-120, 2010.

NETO, J. L. F. **Psicologia, políticas públicas e o SUS: Novas questões para a formação.** Belo Horizonte: Escuta. 2011, p.23-49

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. SPE, p. 14-24, 2014.

SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli; LOPES, Marta Julia Marques. Experiências de mulheres em situação de violência em busca de atenção no setor saúde e na rede intersectorial. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 2018.

SOUZA, E. D.; BALDWIN, J. R.; ROSA, F. H. **A Construção Social dos Paéis Sexuais Femininos.** In: Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, Vol. 13, nº 3. 2000.

SPINK, Mary Jane Paris. O discurso como produção de sentido. Nascimento–Schulze CM, organizador. Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social. Coletâneas da ANPEPP, v. 1, n. 10, p. 37-46, 1996.

ZANELLA, A. V.; SAIS, A. P. Reflexões sobre o pesquisar em Psicologia como processo de criação ético, estético e político. In: **Revista Análise Psicológica**, Vol. 26, nº 4. 2008.